

REVISTA DE  
**HISTÓRIA**  
**DAS IDEIAS**



REPÚBLICA

VOLUME 27, 2006

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## MEMÓRIA E NARRAÇÃO

### Invólucro do silêncio na expressão do vário

*"Deixem-me estar aqui. Que eu pense que isto vejo (não é que o vi um instante, quando aqui parei?). Tudo isto só - e não, também aqui, visões, memórias, e os espectros do prazer antigo".*

Constatino Cavafy (tradução de Jorge de Sena)

*"Não havendo nada que perdure, é natural que a memória se esvaeça, porque ela não é uma planta aérea, precisa de chão".*

Machado de Assis

*"E o homem de Estado, os dois homens de religião, todos três em linha, junto às grades do monumento, gozavam de cabeça alta esta certeza gloriosa da grandeza do seu país, - ali ao pé daquele pedestal, sob o frio olhar de bronze do velho poeta, ereto e nobre, com os seus largos ombros de cavaleiro forte, a epopeia sobre o coração, a espada firme, cercado dos cronistas e dos poetas heroicos da antiga pátria - pátria para sempre passada, memória quase perdida"!*

Eça de Queirós

1. Em certa passagem da *Teogonia*, Hesíodo louva nas Musas e na transmissão dos seus ofícios o poder de, ao celebrar-se os feitos dos homens ou dos deuses, proporcionar deleite tal que aquele que tem preocupações logo as esquece. Isto é, o canto da memória traz à cena do

\* Mestranda da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

presente um exemplo passado com um papel mitigador. Mas também didático: as Musas espreitam em cada forma de conhecimento, desde a história à astronomia, desde a eloquência à matemática - no fundo, fixando os saberes numa espécie de alegoria múltipla provinda da unidade que é Mnemósine, a Memória. O que significa que qualquer narrativa enquanto discurso inerente ao homem e à sua busca sempre renovada de respostas (que, necessariamente, se funda numa construção passada) tem subjacente uma construção memorial.

Exemplo antigo, é certo, mas que permite a aproximação original entre memória e narrativa. Atentemos na definição que A. J. Greimas propõe para narratividade: "la narrativité, considérée comme l'irruption du discontinu dans la permanence discursive d'une vie, d'une histoire, d'un individu, d'une culture"<sup>(1)</sup>. O tempo da nossa existência é plano, é linear, é a permanência; todavia, a crença narrativa da vida instala na linha temporal patamares e secções, permitindo a ilusão da descontinuidade. E, no entanto, o curso da vida é uma narrativa só - ainda que a nossa qualidade de narradores internos nem sempre admita uma visão conglobante dessa corrida. É então que transformamos a existência em corrente armada de anéis encadeados: podemos pensar um momento isoladamente mas nunca o libertamos do compartimento ilusório a que pertence.

Ora, todas as narrativas assim funcionam. A unidade totalizante que um romance é acolhe uma variedade grande de categorias; uma narrativa historiográfica, partindo do fragmentário, aspira à completude de um (in)certo sentido. Contadores de sonhos, o que fazem é provar como a narratividade é a propriedade comum a todas as narrativas, desde as que se fundam num passado ficcional, engendrado na escritura do romance, às que se apoiam num passado real, vivo e morto à margem do presente. E, se do passado é que se trata, então desta premissa podemos partir para o estabelecimento do fundo narrativo da memória, também ela uma arte de contar e recontar.

Toda a transformação em que consiste a representação de um objecto é sinal de uma narratividade que, sendo o princípio organizador de todo o discurso, permite a localização, justificação e afirmação do indivíduo numa comunidade e de uma comunidade no mundo. A memória, vasilha

<sup>(1)</sup> A. J. Greimas, *Du Sens IL Essais sémiotiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1983, p. 46.

em que bóiam pedaços em recordação do que fomos, detém, pois, uma funcionalidade fortemente identitária: o que se guarda na memória, o que já não existe, é que dá consistência ao ser ontológico. Deste modo, a percepção, representação e transformação de um objecto implica o recurso a sistemas de modelização primária ou secundária. Nesta acepção, a memória pode ser tomada como um sistema circular: ela produz e é produto de sistemas modelizantes secundários. A memória é método narrativo que leva à narração mas é também a narração que nasce do acto memorial. Assim, podemos dizer com Gérard Namer que "la mémoire se présente comme une possibilité de récit organisé"<sup>(2)</sup> 3.

Espécie de linguagem virtual, a memória é um discurso em que a potencialidade assenta sobre uma base factual - porque recordamos algo que aconteceu - cuja existência anterior (presente não-existência), no lugar de ser trazida de novo a lume, serve de fonte a águas sempre diferentes. Diferentes porque recordamos o passado e nessa recordação está contida uma infinidade de interpretações e posteriores adaptações: não podemos reavivar o *ido* mas podemos integrar a sua reflexão no *que vem*<sup>(3)</sup>. E, portanto, a memória apresenta-se como uma cadeia narrativa, em que os elementos, as recordações, se caracterizam, à maneira dos signos linguísticos, pelo seu carácter discreto: cada recordação é o que a outra não é e nessa diversificação e profusão de recordações o esquecimento será a marca selectiva da memória - mas também refrigério de um rio rápido e transbordante de marcas heraclitianas. Todavia, não há leitor ideal do discurso da memória: cada recordação está à disposição do seu leitor apenas porque não é *perfecta*, apenas porque se há um leitor é porque é urgente que a recordação seja lida e revista e assim se transforme sucessivamente em quadros diferentes. Se "toda a retrospectiva tende a

(2) Gérard Namer, *Mémoire et Société*, Paris, Klincksieck, 1987, p. 129.

(3) Veja-se que preferimos a utilização do verbo *ir* contra a tradicional entificação do tempo (que, neste caso, diz respeito ao tempo em que se passou o objecto da recordação) através do verbo *ser*. É que o movimento é a existência possível do tempo enquanto eixo da narração. Não estamos longe do conceito de *distentio animi*; simplesmente, Santo Agostinho obliterou a alteridade de que o indivíduo é feito também pois que faz radicar as coordenadas temporais no filtro que a leitura vivida de cada um leva a cabo. Ora, qualquer (re)leitura memorial implica, como veremos, a convocação dos mundos outros em torno da mundividência que é a nossa.

expressar-se numa narrativa coerente que domestica o aleatório, o casual, o efeito perverso do real-passado quando este era presente.<sup>(4)</sup> é precisamente porque nela se articulam os preceitos narrativos que perpassam todas as narrativas, naturais ou artísticas: a diversificação, a dinâmica da sucessividade, a objectivação, a exteriorização<sup>(5)</sup>.

No fundo, porque há narração quando a metamemória<sup>(6)</sup> é activada?

Cada forma narrativa pressupõe um entendimento particular da relação estabelecida entre o discurso e a experiência humana<sup>(7)</sup>. Vejamos, portanto, como a memória (a narrativa em estado puro?) se cria e recria a partir de dispositivos narrativos, alicerces das recordações - os *monumenta* que dela se erguem.

2. Afirmámos há pouco que a memória se caracteriza pela multiplicidade de graus variáveis de distinção de recordações<sup>(8)</sup>. Porém, a diversificação enquanto garante de um fundamento narrativo projecta-se na memória no sentido de que esta é também um foco de diferença. Partamos do princípio, com Maurice Halbwachs, que a memória individual se constitui a partir da alteridade. O que aqui está em causa é o contributo indispensável que o conjunto das recordações alheias (cuja súmula virá a constituir a dimensão da alteridade do próprio sujeito), familiares, por exemplo, oferece para o esclarecimento das nossas próprias recordações. Sem o apoio de quem esteve presente na nossa passividade, sem o auxílio do que resta do que foi enquanto testemunho, não seria possível recons-

(4) Fernando Catroga, *O Céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos (1756-1911)*, Coimbra, Minerva, 1999, p. 14.

(5) Cf. Carlos Reis, *O Conhecimento da Literatura*, Coimbra, Almedina, 1999, cap. VI, pp. 341- 377.

(6) Considerando os três níveis da memória a que Joël Candau faz referência em *Anthropologie de la Mémoire*, Paris, PUF, 1996, parece-nos pertinente que o patamar eleito no nosso estudo seja o da metamemória, aquele que diz respeito às representações que o indivíduo da sua experiência.

(7) Cf. Michel Bell, "How primordial is narrative?", in *Narrative in Culture: the uses of storytelling in the sciences, philosophy, and literature* (ed. by Christopher Nash), London, Routledge, 1993, p. 178.

(8) Leia-se em Paul Ricoeur, *Le mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Éditions du Seuil, 2000, p. 27: "Un premier trait caractérise le régime du souvenir: la multiplicité et les degrés variables de distinction des souvenirs. La mémoire est au singulier, comme capacité et comme effectuation".

tituir a vivência passada - o homem depende dos outros para poder retomar o fio da sua vida. Por outro lado, é possível, também, equacionar a diversificação da memória nos termos em que a teoriza Gérard Namer, segundo o qual a memória de um grupo já desaparecido pode ser actualizada a partir de um só indivíduo, o que prova a premência do discurso memorial enquanto condição para a manutenção da memória. Em todo o caso, constatamos que a memória subjectiva - se assim lhe podemos chamar - está em interacção permanente com as memórias *outras*, numa intertextualidade dinâmica que só com a morte termina.

A dificuldade em nos recordarmos, de forma transparente, da nossa infância primeira deve-se precisamente ao facto de não estarmos ainda enquadrados conscientemente num sistema social, quer seja familiar ou cívico. Desta forma, a memória é tão mais passível de ser actualizada quanto maior for a nossa inserção social - a assunção do *eu* perante e por oposição ao *outro*. Ora, as diversas narrativas "não podem coexistir sem se influenciar ou, mais precisamente, sem se reconfigurar umas às outras"<sup>(9)</sup>, sendo que esta participação inata acarreta efeitos para os dois termos da partilha. Destarte, a diversificação narrativa corresponderá ao que Paul Ricoeur denomina reflexividade. Contra Bergson, podemos rejeitar, então, a recordação pura pois que raro é o acto anamnético que devolve à representificação uma recordação imaculada. No limite, o horizonte do que recordamos está povoado pelo mundo que é nosso dentro de uma esfera superior que é o mundo dos outros. Veja-se, todavia, que é o diálogo e não a recordação enquanto discurso que permite a intersecção entre a interioridade e a mundaneidade - mas sem o cenário memorial, as estruturas dialógicas do indivíduo não poderiam erguer-se. Ironicamente, a diversidade que confere à memória a sua substância pode ser também a causa da sua fragilidade. Com efeito, duplamente, tanto a herança memorial, que implica uma imposição violenta de traços anteriores a indivíduos que, progressivamente, se afastam do real-passado (contando apenas com recordações-acontecimentos nos quais não participaram activamente), como o esmagamento de uma memória colectiva (vamos admitir a nomenclatura estabelecida por Halbwachs) por outra, contribuem para o desgaste da memória.

<sup>(9)</sup> Marc Augé, *As formas do esquecimento* (trad, de Ernesto Sampaio), Íman Edições, 2001, p. 55.

A anamnese é, portanto, uma fábula, um acto discursivo com uma intriga estabelecida. Sendo a "memória que volta", ela consiste numa cadeia de acontecimentos, objectos ou figuras que, necessariamente, partem de uma pré-figuração do mundo que se vai reflectir, por meio do reconhecimento de estruturas e signos, em cada acto de memoração. É que a memória, enquanto bojo em que ipseidade e alteridade se geram mutuamente - sem, contudo, se confundirem -, vive da tensão entre a vivência subjectiva do tempo e a sua situação no mundo (porque se assim não fosse, não valeria a pena recordar). A acção só existe na memoração porque, assente no veículo do tempo, ela supõe a referência de modelos do mundo que são convocados aquando da recordação. Esse paradigma não é o objecto da recordação mas é ele que a possibilita e potencia. Se, de facto, "dans l'ordre chronologique, la sémiologie du récit devrait précéder, et non pas suivre, celle des techniques narratives"<sup>(10)</sup>, é porque a realidade extra-linguística (que é também a matéria da memória) e as suas contingências servem de modelo formal a imitar. E "imitar" não é, aqui, um termo inocente. Recordemos que, de acordo com Platão, existe uma divergência absoluta entre o *eikón* e o *phantasma* que mais não é do que a legitimidade do primeiro por oposição à insídia do segundo. Mas, a verdade é que a recordação simula, pretende *ser ao mesmo tempo*, e é nessa máscara que reside a captação de um universo-modelo. O que significa que estamos no plano da Mimese I.

Ora, se a anamnese se afirma sobre uma lógica accional é porque podemos tomar a intriga como uma *imitação da acção* que pressupõe uma competência preliminar: "la capacité d'identifier l'action en général par ses traits structurels"<sup>(11)</sup>. Só recordamos o que já existiu semioticamente. Cabe, então, à memória a activação de dispositivos narrativos para a leitura da recordação. O homem nasce dotado de competência narrativa mas também de uma instância superior de narração - a memória. E isto é que vem permitir, também, a memória enquanto discurso. Porque narrar a memória é, aparentemente, experimentar uma vivência temporal dupla: a memória é a organização da ausência, ponto de partida para um domínio falacioso (e vão) do tempo em que se tenta recuperar um momento passado para o fixar num presente tão esquivo quanto a

<sup>(10)</sup> Claude Brémont, *Logique du récit*, Paris, Éditions du Seuil, 1973, p. 47.

<sup>(11)</sup> Paul Ricoeur, *Temps et récit*, tome I, Paris, Éditions du Seuil, 1983, pp. 87-88.

recordação. Mais do que configurar um terceiro tempo (o primeiro seria o cosmológico, o segundo, o fenomenológico), a memória e o desfiar em narrativa das recordações criam uma espécie de utopia do ser porque todo o acto memorial é uma projecção no futuro do *não-ser*.

O carácter paradigmático da memória está, precisamente, no facto de a recordação criar uma imagem (não é possível fugir ao termo) que, não repetindo, reproduz fenomenologicamente um aspecto do passado. Veja-se que o modelo não é aquilo a que Husserl chama de recordação primária, a que fica retida na memória, mas sim a acção humana e os seus quadros de existência. E também não há reprodução de modelos, no sentido de se reproduzir recordações secundárias, para continuar na terminologia husserliana. Cada acto anamnético o que faz é actualizar o recordado em primeira instância e, depois, cada recordação que a partir do *ido* se opera.

3. A estimulação de mecanismos narrativos envolve a concatenação de plataformas temporais. Assim, a narrativa da memória produz-se no curso do devir temporal e, portanto, dizemos que se apoia numa dinâmica de sucessividade. Vejamos. O acto anamnético só se realiza porque toda a experiência humana não escapa à temporalidade. Se recordar envolve, necessariamente, distância face ao objecto recordado (não se pode recordar o que éo que *ê*, ou melhor, o que *está sendo* não confere ao indivíduo o passaporte para a recordação pois que ainda se encontra do lado presente da existência), então a recordação mais não é do que uma viagem de vaivém: temporal e metatemporal. De novo Ricoeur: "que le temps devient temps humain dans la mesure où il est articulé sur un mode narratif, et que le récit atteint sa signification plenièrè quand il devient une condition de l'existence temporelle"<sup>(12)</sup>. Ora, o que significa isto no âmbito de uma teoria narrativa da memória? Existindo o indivíduo na temporalidade, gerando-a e sendo por ela gerado, então a temporalidade é um dos cenários partilhados pela memória - só a experiência do tempo permite a experiência anamnética. Note-se: não queremos dizer, com Aristóteles, que a memória se dá com o tempo mas sim que a memorização e a rememoração acabam por ser passado actualizado de um passado, ou seja, de algo que já não é mas que, por meio de uma virtualidade representificativa, podemos retomar - e não reviver.

<sup>(12)</sup> Paul Ricoeur, *Temps et Récit*, tome I, p. 85.



A dinâmica da sucessividade vem colocar a narrativa da memória no plano da Mimese II, o plano sintagmático. De facto, se a intriga enquanto unidade significativa se estabelece na Mimese I, agora, o que sucede é que se transforma num todo significativo: a intriga conta, então, com acções que a validam e que o fazem porque inscritas numa lógica temporal - sem a activação das plataformas temporais, a acção não o pode ser. É precisamente esta natureza sistémica do acto de recordar que valida "o carácter totalizador e teleológico da recordação, pois a retrospectiva urde um enredo finalístico que domestica o aleatório, o casual, os efeitos perversos e descontínuos do real-passado quando este foi presente"<sup>(13)</sup>. A sucessividade é que grava e burila um sentido que a temporalidade vai desvendando - e, por conseguinte, não há recordações secundárias que sejam reproduções. Do mesmo modo, é este princípio que permite a transposição da memória para a narração. Logo, o sintagma em que cada recordação é moldada funciona, tal como na Mimese II ricoeuriana, como mediadora: depois de animada a competência narrativa do sujeito, o estabelecimento, por sucessão, da intriga, é ponte entre a pré-compreensão do mundo e o sentido organizado pela narrativa, entre a factualidade e a história.

Ao instituir uma sequência significativa que retoma o passado, o que torna o sentido deste mutável, a memória institui no indivíduo ou na comunidade a dominância hermenêutica do futuro. Estamos, pois, perante a volatilidade, a inconsistência e a reversibilidade dos actos memoriais. Se pensarmos no romance, citando Stendhal em *Le Rouge et le Noir*, como um grande espelho que passeamos ao longo de um caminho, então o papel da memória é o de uma câmara que acompanha o curso de uma vida e cujo produto pode ser utilizado e re-utilizado pelo sujeito. Deste modo, sendo o momento evocatorio sempre futuro quanto à recordação, o futuro impõe-se como o tempo que convalida a memória sendo ele, necessariamente, o *mnémon* por excelência. Tal como o futuro é o horizonte aberto, o passado inscrito na recordação não está também fechado e é a memória enquanto mediadora que cria as condições necessárias para a diversidade de interpretações do *ido* e sua posterior aplicação.

<sup>(13)</sup> Fernando Catroga, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001, p. 21.

Se o futuro da recordação é que a evoca, então é tendo em vista uma conclusão que se recorda. Com efeito, "sivre une histoire, c'est avancer au milieu de contingences et de péripéties sous la conduite d'une attente qui trouve son accomplissement dans la *conclusion*"<sup>(14)</sup>. O que significará que o indivíduo que rememora, enquanto narrador, não é onisciente: a maioritária dimensão intersubjectiva da memória é incontornável, mas o facto de cada sujeito ser possuidor de uma memória como de um livro que abre e fecha a seu bel-prazer, com capítulos lícitos e capítulos proibidos, e que, principalmente, não se encerra a partir do momento em que *passa*, evidencia como do carácter consensualmente irreversível do passado se soltam possibilidades de reflexão - não obstante o passado não existir ontologicamente. Enquanto responsável pela narração memorial como garante da luta contra o esquecimento, o indivíduo que recorda está sujeito, ele próprio, à volubilidade da memória e à pluralidade de visões do *ido*.

O plano sintagmático, ou Mimese II, assume (precedido e sustentado, claramente, pelo plano paradigmático, o da Mimese I) um ofício didáctico e mesmo gnómico: o passado é sentença da memória. E, assim, a memória, na infinitude da sua subjectividade, permite-se a transposição para uma dimensão pública. O indivíduo pode dizer que "j'ouvre ce souvenir à l'analogie et à la généralisation, j'en fais un *exemplum* et j'en tire une leçon; le passé devient donc principe d'action pour le présent"<sup>(15)</sup>. A história surge, assim, ciceronianamente, mais justificada no seu papel de *mestra da vida*.

4. Falar em objectivação aplicada ao discurso narrativo da memória pede, em primeiro lugar, um esclarecimento. O termo "objectivação" não pode ser entendido aqui linearmente, isto é, quando o usamos o que temos em conta é a cisão natural que se operará entre sujeito e objecto da recordação. Não se trata de avaliar a imparcialidade deste narrador mas sim o estatuto referencial da recordação mesmo porque, do mesmo modo que sucede na narrativa literária, por exemplo, "não é o narrador que constitui o centro de atenção da narrativa, mas sim as coisas, os lugares, as personagens, os acontecimentos, etc. - em suma: a história"<sup>(16)</sup>.

<sup>(14)</sup> Paul Ricoeur, *Temps et Récit*, tome I, p. 104.

as) Tzvetan Todorov, *Les abus de la mémoire*, Paris, Arléa, 1998, p. 31.

<sup>(16)</sup> Carlos Reis, *ob. cit.*, p. 349.

É evidente que, se em termos teóricos, note-se, podemos reconhecer um narrador puramente racional, a questão da narrativa da memória lança-nos para o terreno movediço da influência do *eu que recorda* na estrutura discursiva.

As imagens que julgamos guardar na nossa memória não são Activas, não são históricas e muito menos são reais. No entanto, o problema da memória é o da história: a verosimilhança e não a verdade. E, por isso, podemos dizer que a recordação é como um traço que a nossa passividade testemunha - mas não tem existência ontológica. Até se estabelecer como tal, a recordação está imersa em todo o rol de outras recordações que o esquecimento, ajudante da memória, guarda. Somente quando o indivíduo, por estímulo exterior - que, no fundo, é sempre provocado naquele sujeito porque ele é quem encerra vivências antigas que permitem esse estímulo, pelo que essa provocação vinda de fora da interioridade dela está sempre dependente -, empreende um acto anamnético uma recordação é retomada. A recordação não é uma imagem reproduzida a partir da delineação assente em pontos que coincidam com o facto vivido, tão pouco resquíio de uma realidade passada. Aliás, não tendo estatuto ontológico, ela permite o estatuto epistemológico do *ido*.

Chegamos, pois, à aporia do referente ausente. Se a recordação apenas representifica o passado, sendo que neste acto o que sucede não é uma reprodução pois que o ponto de partida difere de cada vez que recordamos, ela não o materializa. No caso da narrativa-da memória, a verdade é que ela só pode ser activada quando o referente se perder de vista, pelo que o paradoxo é apenas aparente. Se a memória funciona por um princípio de distanciamento, é precisamente porque a ausência do referente é necessária. Enquanto primeiro estádio representativo, porque ela "marque l'intersection du monde du texte et du monde de l'auditeur ou du lecteur"<sup>(17)</sup>, no âmbito de uma narrativa da memória a Mimese III consubstancia o ponto comum entre o *ido* e o sujeito da recordação. Se a recordação pode ser lida e relida (sempre sob formas diferentes, como vimos já) é porque o sujeito com ela entabula um diálogo voltado, dual e não duplamente, para si mesmo - porque por meio de um acto discursivo - e para o outro - porque a recordação, ainda que com amarras no mundo empírico, é já um universo diferente. Ora, se a leitura é que valida a recordação, então, a dimensão da narrativa é que lhe confere

<sup>(17)</sup> Paul Ricoeur, *Temps et Récit*, tome I, p. 109.

sentido. Com efeito, "c'est l'acte de lire qui accompagne le jeu de l'innovation et de la sédimentation des paradigmes qui schématisent la mise en intrigue"<sup>(18)</sup>.

Nessa leitura, a recordação percorre o intervalo que dista entre o espaço da experiência e o horizonte de espera - a única existência possível é a experiência que o homem dela tem. Vejamos. Se a experiência radica num passado recente e a espera se cumpre num futuro actualizado<sup>(19)</sup> (e permanentemente ultrapassado, dizemos), então o que é a recordação senão uma intriga antiga lida nas entrelinhas do tempo que agora passa irreversivelmente? Por conseguinte, a narrativa da memória aproxima-se da narrativa historiográfica: a memória é duplamente o que *não é* - vem do que já não existe e intenta reflectir o que já não pode ser. Aliás, a memória funda identidades porque prova pelos traços que alberga - as recordações -, a nossa presença no passado. Ao invés de elaborar representações, produz naturalmente representâncias. O enigma platónico da semelhança parece ficar, pelo menos parcialmente, resolvido: o que o contributo do traço e, consequentemente, do testemunho, vem fazer é desmistificar a crise do referente visto que faz assentar no traço deixado o veículo de uma semelhança que, por essa razão, tem de existir. Mas repare-se: há que admitir que, nessa semelhança, um dos termos de comparação já não existe. É a existência do traço que se transforma em resquício do passado e, dessa maneira, como dele contendo uma fracção de veracidade. Como na narrativa historiográfica. Recordemos a origem etimológica do lexema grego para "verdade", *aletheia*. Conclusão curiosa e significativa se pensarmos que a verdade, então, é aquilo que nega o esquecimento, furtando-se a ele. Este é o papel do traço: esquivar-se do esquecimento e tornar-se verosímil. Porque a verosimilhança é o que o sujeito que recorda vai acordar no decurso da anamnese.

Preso à sua subjectividade, o indivíduo faz de cada recordação uma re-figuração: do que passou e de si. Se, seguindo Ricoeur, "l'identité narrative est la résolution poétique du cercle herméneutique"<sup>(20)</sup> é porque

<sup>(18)</sup> *Ibidem*, p. 117.

<sup>(19)</sup> Cf. Reinhart Koselleck, *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques* (trad. de l'allemand par Jochen Hoock et Marie-Claire Hoock), Paris, Éd. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990, p. 311.

<sup>(20)</sup> Paul Ricoeur, *Temps et Récit*, tome III, "Le temps raconté", Paris, Éditions du Seuil, 1985, p. 358.

ela transforma a circularidade que faz girar simultaneamente modelos de narração, intrigas constituídas, objectos e referentes, num estado humano gerador de conhecimento e afecto. Por isso, é inevitável que cada acto anamnético se desenvolva eivado por pormenores estéticos decorrentes de uma espécie de idiosincrasia que assalta todos os que recordam. Mais do que isto, a subjectividade é necessária porque "só com a abertura ao futuro o 'olhar ' para trás fugirá da ilusão terminal do presente"<sup>(21)</sup>. A presença da ausência acentua a funcionalidade lenitiva da memória. Perante a persistência dos traços julgamos poder fazer presente um acontecimento e, mátria de todas as ilusões e de todas as esperas, a memória é a grande feiticeira.

5. A finalização dos actos memoriais enquanto narrativas estruturadas passa pela instauração de um processo de exteriorização: existe um universo categórico da memória que, percorrendo um caminho que se inicia na narração subjectiva e individual, tem por objectivo a demonstração social. O *eu*, o *outro*, o *tempo*, os *lugares*, os *objectos* formam uma mole *monumental* que é sucessivamente reiterada pela comemoração. Assim sendo, as chamadas memória familiar e memória social surgem como verdadeiros focos de expressões narrativas da memória. Elas são a projecção domada e exibida do império narrativo dos actos de memoração.

Contrariamente à vivência individual da memória, a memória partilhada por um grupo mostra que "as imagens do passado legitimam geralmente uma ordem social presente"<sup>(22)</sup>, isto é, se a recordação do primeiro dia de aulas ou de uma viagem pode não ser dividida com um grupo, as recordações colectivas de uma morte ou de uma revolução são garante de comunicação (pacífica ou não) entre os membros de uma mesma comunidade. Deste modo, a exteriorização elaborada da memória consagra ioma espécie de autonomia memorial: a partir do momento em que sai da vivência individual de cada um, memória e recordações desprendem-se do foro íntimo para assumirem configurações de índole ostensiva. A anamnese está agora dependente das suas manifestações.

(21) Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 46.

(22) Paul Conner ton, *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993,

O rito, enquanto modalidade de expressão da memória, marca a sua especificidade simbólica - "le propre de toute mémoire est d'être symbolique, c'est-à-dire d'opérer par symboles exprimant un état d'esprit, une situation, une relation, une appartenance ou même une essence inhérente au groupe"<sup>(23)</sup>. Ora, esta construção simbólica espelha a matriz narrativa da memória, respondendo às figurações nesta produzidas, numa tensão de busto de Jano: tem em vista a essência memorial primeira - a subjectiva - mas volta-se para micro- e macro-sociedades. Anne Muxel explica a memória familiar como sendo referencial<sup>(24)</sup>, mas o facto é que a memória em si é já referencial. O que a memória familiar ou social têm de correspondente real visível é a sua materialização - com quem não mantém uma relação de correspondência mas sim de consequência. De facto, a expressão da memória, ao operar simbolicamente no exterior, permite a compreensão dos motivos que levam o homem a recordar-se. Se existe, como Philippe Ariès quer, "une relation entre l'attitude devant la morte et la conscience de soi"<sup>(25)</sup>, então o aparato em torno da perpetuação da memória de familiares ou de datas fundacionais mais não é do que a tentativa do esquecimento de si perante a verdade dos outros - que é também a da sua individualidade. O homem recorda para rejeitar a sua morte ao cimentar a vida alheia e é este objectivo que o culto dos mortos vinca.

A exteriorização da memória, sendo a sua própria retórica, exige um segundo grau de narração. Da romagem a sepulturas ao discurso sobre um álbum de fotografias, da conservação de objectos de família à celebração de missas evocativas, nasce uma nova tessitura narrativa, apoiada num movimento de ampliação. À margem da inexorabilidade do passado, constrói-se um palco em que a recordação se transforma em prática e, como tal, "la mémoire commence par se raconter, puis elle se condense dans la matière"<sup>(26)</sup> - e é nesta que morre.

A reificação da recordação é o seu próprio apêndice legitimador - é preciso dar-lhe existência palpável para que ela permaneça na sua função de sobrevivente ao Letes. É na eleição de figuras míticas ou notáveis que relativizem a implacabilidade da morte ou na romagem a lugares

<sup>(23)</sup> Jean-Hugues Déchaux, *Le souvenir des morts. Essai sur le lien de filiation*, Paris, PUF, 1997, p. 18.

<sup>(24)</sup> Cf. Anne Muxel, *Individu et Mémoire Familiale*, Paris, Nathan, 1996, p. 17.

<sup>(25)</sup> Cf. Philippe Ariès, *L'homme devant la mort*, Paris, Seuil, 1977, p. 596.

<sup>(26)</sup> Jean-Hugues Déchaux, *ob. cit.*, p. 195.

de culto familiar que "reconhecendo-se, estranhando-se ou distanciando-se do que foi, o sujeito actualiza sem cessar a unidade do seu eu".<sup>(27)</sup> Assim, a exteriorização da memória far-se-á por meio de estruturas narrativas peculiares. Os lugares de conservação da memória - o cemitério e a casa de família, por excelência - contêm verdadeiras tramas narrativas, hierarquizadas, contadas e recontadas até a desagregação da memória restar sobre elas feita pó. A concepção da necrópole como uma cidade marginal dentro da cidade dos vivos sobrevive à custa da narrativização do espaço cemiterial, do mesmo modo que a quase custódia de objectos e fotografias de familiares mortos dentro de urna casa, que é a única respiração possível da memória, se apoia numa espécie de rito narrativo e litúrgico da recordação. No caso do cemitério, "o túmulo deve ser lido como uma totalidade significativa que articula dois níveis bem diferenciados: o invisível (situado debaixo da terra) e o visível".<sup>(28)</sup> Na medida em que em tomo do cadáver se sucedem, desesperadamente, estruturas de ocultação. O estabelecimento de vários níveis de significação - desde o tratamento do cadáver à estética da campa funerária - o que faz é engendrar uma poética do engano. Todos os significantes convocados arrastam para a superfície de sete palmos de terra a crença na presença em virtude da solidez ainda de laços afectivos que o desaparecimento não quebra. Esta ilusão da presença é o resultado de uma escritura narrativa que, pretendendo reavivar o que já não existe, o *ido*, adia a confrontação individual com a morte enquanto grande amnésia que julgamos enganar com a arquitectura da memória. Como um álbum de família, também o túmulo é um memorial. As recordações estão organizadas, da morte não resta vestígio algum que não seja uma vida contida em potência (através da parafernália de motivos que revestem a campa, como as flores carregadas de simbolismo, as fotos cor de sépia, as esculturas que animam o silêncio da necrópole): o caos que a morte gera é sanado pela comemoração que será o fruto de um conjunto de estruturas pensado para ser lido e relido por vozes que, hereditariamente, se revezam.

As marcas de exteriorização da memória oferecem a possível mediação directa com o passado<sup>27 28 (29)</sup>. Ora, tal apenas é possível porque a metamemória

<sup>(27)</sup> Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, p. 28.

<sup>(28)</sup> Fernando Catroga, *O Céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos (1756-1911)*, p. 16.

<sup>(29)</sup> Cf. Anne Muxel, *ob. cit.*, p. 149.

pressupõe que o enfoque da narratividade se centre na experiência de uma natureza antropomórfica. A partir desta definição de narratividade proposta por Monika Fludernik<sup>(30)</sup>, podemos pensar a tentativa de materialização da memória como prova última de que as representâncias que fazemos do *ido* mais não são do que uma projecção narrativa do *eu*. A aparente tendência centrífuga consubstanciada nos *monumenta* deve-se ao impulso narrativo próprio do indivíduo. Este feito de contar quase alquímico, inscrevendo-se fisicamente no tempo e no espaço, exorciza a vivência humana - exterior, naturalmente - da morte. Em jeito barthesiano, se uma construção sígnica existe, é porque nos deseja; pelo que, se para acreditar na memória o sujeito empreende levantamentos e construções de recordações - porque concretizar uma recordação é acrescentar-lhe uma feição nova -, é porque sabe que a sua existência fica justificada e até mais confortável. E nesse desejo que o texto memorial exteriorizado exala está a nossa convicção de que, se é o *eu* a completar a significação das coisas, não pode perecer.

6. "Ainda que se narrem, como verdadeiras, coisas passadas, o que se vai buscar à memória não são as próprias coisas que já passaram mas as palavras concebidas a partir das imagens de tais coisas, que, ao passarem pelos sentidos, gravaram na alma como que uma espécie de pegadas"<sup>(31)</sup>. Em Agostinho, o deus bíblico vem sanar os desacordes da memória, as *pegadas*, como se a perspectiva apenas de uma escatologia servisse de catarse às recordações do *ido* num presente em tumulto. A narração da memória, então, vem aplacar a intranquilidade e, se com o tempo se mede o movimento, então essa narração há-de ser o percurso de conhecimento e reconhecimento do passado, em direcção a um futuro conhecido. E essa a segurança do deus agostiniano. Todavia, o grande demiurgo, e salvador, do indivíduo é a própria memória. O seu carácter soteriológico advém, precisamente, da sua natureza narrativa: o narrador, sendo aquele que conhece, é que leva a cabo "um trabalho de memória para abrir um futuro ao passado, libertando sobretudo promessas não cumpridas"<sup>(32)</sup>.

<sup>(30)</sup> Monika Fludernik, *Towards a 'natural narratology*, London/New York, Routledge, 1996, p. 26.

<sup>(31)</sup> Santo Agostinho, *Confissões*, XVIII, 22 (trad. de Arnaldo Espírito Santo et alii), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, p. 303.

<sup>(32)</sup> Miguel Baptista Pereira, "Filosofia e memória nos caminhos do milénio", *Revista Filosófica de Coimbra*, vol. 8, nº 16, Outubro 1999, p. 185.



A memória parece ser, pois, o grande cenário de todas as narrativas - ainda que os palcos variem. Enquanto móbil da construção ficcional, ela possibilita a identificação, por meio de prefigurações que ultrapassam a da verosimilhança, de e com um mundo que, mesmo quando fantástico, a experiência humana antropomorfiza, desde as acções aos afectos. Enquanto campo santo em que traços e testemunhos estão dispostos, ela é o auxílio do "acontecimento mutilado"<sup>(33)</sup> na construção do discurso historiográfico. Mais. Sendo, como vimos, selectiva, a memória acaba por propiciar a narrativa do silêncio, do esquecimento, como uma recordação ao avesso, que contenha as categorias narrativas necessárias mas que uma segregação emocional rejeita. É necessário, portanto, pensar na narrativa como expressão humana natural (e sistemática) e na memória enquanto garante da narratividade, fundida esta com a inserção e progressão do homem no tempo.

Involúcro do silêncio na expressão do vário, a anamnese e suas recriações compõem uma catedral submersa, opaca, ondulante na sua ligação com o devir. Os actos anamnéticos revelam uma fachada sempre nova conforme a luz em que recordamos - é no interior que se não vê que o esquecimento reina. E, assim, das variações de Rouen, por Monet, apenas se avista o que a comemoração consagra, que é o que visivelmente pode ser narrado. Ora, a narração, ao ser rosto da memória com que se fixa um tempo, não tripartido mas uno e em permanente expansão, é a grande arte de ser homem na história.

## Bibliografia

- ARIÈS, Philippe - *Essais de mémoire: 1943-1983*, Paris, Éditions du Seuil, 1993.  
ARIÈS, Philippe - *L'homme devant la mort*, Paris, Seuil, 1977.  
AUGÉ, Marc - *As formas do esquecimento* (trad. de Ernesto Sampaio), Íman Edições, 2001.  
BELL, Michel - "How primordial is narrative?", in *Narrative in Culture: the uses of storytelling in the sciences, philosophy, and literature* (ed. by Christopher Nash), London, Routledge, 1993.  
BRÉMOND, Claude - *Logique du récit*, Paris, Éditions du Seuil, 1973.

<sup>(33)</sup> O termo é usado por Paul Veyne, em *Como se escreve a história*, Lisboa, Edições 70, 1985, p. 24.

- CANDAU, Joël - *Anthropologie de la Mémoire*, Paris, PUF, 1996.
- CATROGA, Fernando - *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.
- CATROGA, Fernando - *O Céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos (1756-1911)*, Coimbra, Minerva, 1999.
- CONNERTON, Paul - *Como as sociedades recordam*, Oeiras, Celta Editora, 1993.
- DÉCHAUX, Jean-Flugues - *Le souvenir des morts. Essai sur le lien de filiation*, Paris, PUF, 1997.
- FLUDERNIK, Monika - *Towards a 'natural' narratology*, London/New York, Routledge, 1996.
- GENETTE, Gérard - *Nouveau Discours du Récit*, Paris, Editions du Seuil, 1983.
- GREIMAS, A. J. - *Du Sens II Essais sémiotiques*, Paris, Éditions du Seuil, 1983.
- PIALBWACHS, Maurice - *La mémoire collective* (édition critique établie par Gérard Namer; préparée avec la collaboration de Marie Jaisson) Paris, Albin Michel, 1997.
- PIALBWACHS, Maurice - *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, PUF, 1952.
- PIEIDEGGER, Martin - *Ser y tiempo* (traducción, prólogo y notas de Jorge Eduardo Rivera C), Madrid, Editorial Trotta, 2003.
- KOSELLECK, Reinhart - *Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques* (trad. de l'allemand par Jochen Pöock et Marie-Claire Pöock), Paris, Éd. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.
- LE GOFF, Jacques - "Memória", in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1 "Memória - História", Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
- MARTIN, Jean-Clément - "Histoire, mémoire et oubli", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, vol. 47-4, Outubro-Dezembro 2000.
- MUXEL, Anne - *Individu et Mémoire Familiale*, Paris, Nathan, 1996.
- NAMER, Gérard - *Mémoire et Société*, Paris, Klincksieck, 1987.
- PEREIRA, Miguel Baptista - "Filosofia e memória nos caminhos do milénio", *Revista Filosófica de Coimbra*, vol. 8, nº 16, Outubro 1999.
- REIS, Carlos - *O Conhecimento da Literatura*, Coimbra, Almedina, 1999.
- REIS, Carlos, LOPES, A. C. Macário - *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina, 1998.
- RICOEUR, Paul - *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido* (trad. de Gabriel Aranzueque) Madrid, Universidad Autónoma, Arrecife, c.1999.
- RICOEUR, Paul - "Vulnérabilité de la mémoire", in Jacques Le Goff, *et alii*, *Patrimoine et Passions Identitaires. Entretiens du patrimoine, Théâtre National de Chaillot*, Paris, 6, 7 et 8 Janvier 1997, Paris, Fayard, 1998.
- RICOEUR, Paul - *Le mémoire, l'histoire, l'oubli*, Paris, Éditions du Seuil, 2000.

- RICOEUR, Paul - *Temps et récit*, tome I, Paris, Éditions du Seuil, 1983.
- RICOEUR, Paul - *Temps et Récit*, tome III, "Le temps raconté", Paris, Éditions du Seuil, 1985.
- RYAN, Marie-Laure - *Possible worlds, artificial intelligence and narrative theory*, Bloomington /Indianapolis, Indiana University Press, 1991.
- SANTO AGOSTINHO - *Confissões* (trad, de Arnaldo Espírito Santo *et alii*), Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001.
- TODOROV, Tzvetan - *Les abus de la mémoire*, Paris, Arléa, 1998.
- VEYNE, Paul - *Como se escreve a história*, Lisboa, Edições 70,1985.